

# **PARTICIPAÇÃO E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO<sup>1</sup>**

**MARIANA GRAVINA PRATES JUNQUEIRA - PUC-SP  
LÚCIA HELENA RANGEL – PUC- SP**

## **RESUMO**

Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio(PESP) e os conflitos com a população rural do entorno. A região situa-se no sul de Minas Gerais e manteve-se relativamente isolado das transformações capitalistas contemporâneas; com a permanência de uma população tradicional e a preservação do ambiente natural.

Em 1990 houve a criação da Estação Ecológica do Papagaio e dos conflitos socioambientais na região, em 1998 ocorreu a sua recategorização para Parque Estadual, o que trouxe à tona outros conflitos regionais e fundiários, entre eles a ausência de clareza sobre os limites da unidade.

De acordo com o plano de manejo, sua missão seria proteger a biodiversidade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, valorização de seus modos de vida tradicionais e identidade cultural. Apesar desse direcionamento, a realidade se mostra bem diferente: a população está sendo pressionada a abandonar a pecuária leiteira, a truticultura e mudar sua reprodução social ou migrar para a cidade.

Apesar de inúmeros conflitos gerados pelo Parque é inegável que a conservação ambiental é relevante para a região. Assim, a existência de UCs pode beneficiar as comunidades com alguma proteção do Estado frente ao capital transnacional. Contudo, para que as comunidades tornem-se aliadas da conservação, há que abrir o diálogo e fortalecer os espaços participativos, de modo que as populações sintam-se contempladas e não oprimidas.

**Palavras Chaves:** Conflitos socioambientais, Comunidade tradicional, Participação Social

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa de doutorado procura buscar as origens dos conflitos socioambientais na região do entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, que envolve cinco municípios: Aiuruoca, Alagoa, Baependi Itamonte e Pouco Alto. Para tanto parti das origens históricas da região assim como de características culturais dos atores sociais, para então analisar o contexto da criação da unidade de conservação e suas implicações e conflitos. Aqui nesse artigo me detenho na análise da criação da Estação Ecológica do Papagaio e posteriormente a recategorização para o Parque Estadual da Serra do Papagaio e como as unidades de conservação de preservação integral engendram

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 30º Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, João pessoa, PB

conflitos socioambientais, que podem ser considerados territoriais ao longo de todo mundo.

A região das altas montanhas da Mantiqueira no sul de Minas Gerais, apesar de próxima à grandes centros urbanos, se manteve relativamente isolada dos avanços capitalistas no campo e na cidade, possibilitando a preservação de ambientes naturais, assim como relações sociais tradicionais. Com a valorização dessas áreas naturais de grande beleza cênica essa região começou a receber visitantes, jovens que faziam acampamentos e ouviam as histórias da região e começaram a pensar na possibilidade de transformar essa área em uma unidade de conservação. Algumas histórias da mineração atiçavam a curiosidade dos rapazes que ficavam procurando os locais antigos e andando por toda a região. Em meio ao misticismo antigo de história de jesuítas e crenças naturalistas e conservacionistas foram valorizando a preservação da região. Uma das histórias antigas era a do garrafão de ouro, que inclusive deu nome à Serra do Garrafão, dizia que os jesuítas mineravam ouro e quando foram expulsos pelo império, colocaram o ouro em garrafões e o enterraram.

A mineração na região e a criação de organismos ambientais no Estado de Minas Gerais potencializou a criação da Unidade de Conservação, contudo apesar de pouco povoada viviam na região a comunidade tradicional caipira e mais recentemente comunidades religiosas e alternativas que estabeleceram uma relação conflituosa com os órgãos públicos.

### **1 A criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio: concepções conflitos.**

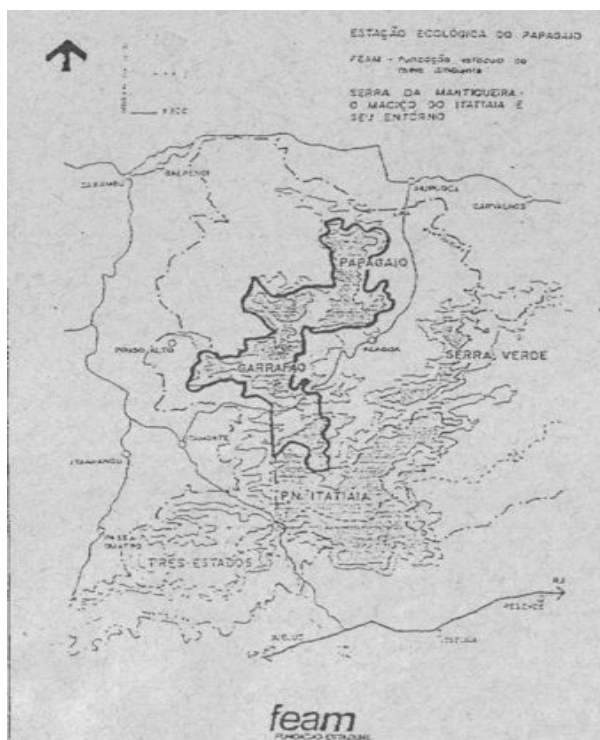
A primeira ação que possibilitou a criação da unidade de conservação foi a implementação de um órgão público ambiental no estado de Minas Gerais (FEAM), que ficou sob a gerência Paulo Maciel, que era da região e já se envolvia em discussões sobre a possibilidade de criação da unidade em um grupo chamado FEDAPAN (Frente de defesa da Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira - APA-Mantiqueira). Esse grupo era constituído por pessoas de São Paulo e Rio de Janeiro, em conjunto a outras pessoas da região que estavam trabalhando para a preservação ambiental.

Estava ocorrendo na região grande mobilização contra a mineração de mercúrio e contra poluente advindos da siderúrgica instalada em Caxambu, a população começou a preocupar-se com o ambiente do entorno, os recursos hídricos, a fauna e a flora. E

nesse contexto, foi imaginada no início da década de 90 a Estação Ecológica do Papagaio que posteriormente foi reeditada para o Parque Estadual da Serra do Papagaio. A ideia da criação da Estação Ecológica partiu das discussões em reuniões itinerantes da FEDAPAN que aconteciam em São Paulo, Rio de Janeiro e em Minas Gerais onde se debatiam questões ambientais.. Em uma reunião em Itamonte quando o presidente da Fundação Estadual do meio Ambiente (FEAM) foi convidado a participar ficou decidido que fariam um estudo para a criação da unidade.

Após o estudo, houve a decisão favorável em criar a unidade de conservação, mas incerteza a que órgão estaria subordinada, uma vez que aconteceram muitas mudanças burocráticas no Estado. O Instituto Estadual de Floresta (IEF) da época era um órgão subordinado à Secretaria de Agricultura e responsável pelos poucos parques e sujeito às influências das oscilações dos interesses agrários; já a FEAM era ligada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, responsável pela área de pesquisa, não havia um órgão unificado de meio ambiente no Estado. Para que a unidade proposta pela FEAM ficasse sob sua gerência , ela teria que ser uma estação ecológica, pois se fosse um parque estaria subordinado ao IEF. Assim uma estação ecológica foi criada: a Estação Ecológica do Papagaio, com intuito de preservar o papagaio do peito roxo. Apenas quando foi criada a Secretaria do Meio Ambiente é que as estações ecológicas do Estado foram passadas para gestão do IEF.

O processo se desenrolou sem o conhecimento da população; apenas o pessoal da FEAM e da FEDAPAN e alguns agentes de organizações não governamentais(ONGs) da região e os prefeitos ficaram sabendo do projeto. No Dia Mundial do Meio Ambiente- 5 de junho de 1990- , foi publicado o Decreto nº 31.368 do dia 2 de junho, de criação da Estação Ecológica do Papagaio com 22.788 hectares. Contudo pouco antes de sair o decreto, o diretor da FEAM conseguiu um sobrevoo de helicóptero pela área, no qual identificou falhas no desenho da Unidade, pois ficaram casas dentro do traçado. Decidiu manter o desenho como estava para a publicação e comprometeu-se em posteriormente realizar a correção do traçado. A metodologia utilizada na época contou com uma imagem de satélite preto e branco, mapas do IBGE e com visitas de campo.( Mapa 1)



**Mapa 1:** Estação Ecológica do Papagaio Conforme Decreto de 1990 (Relatório Feam)

Após a publicação do Decreto, a equipe da FEAM realizou visitas aos municípios e palestras nas câmaras dos vereadores para informar sobre o projeto, seus objetivos, propósitos e metodologias. Nesse momento algumas pessoas se colocaram contra o projeto, entretanto algumas pensaram ser uma oportunidade para vender terras pouco produtivas para o Estado, em uma região muito fria e com um uso bem incipiente como pastagens. Foram realizadas reuniões nos cinco municípios, quando foi explicado para os presentes o que era a Estação Ecológica do Papagaio e que o Estado não iria se apropriar sem indenização das terras. Terras, que segundo o código florestal já teriam seu uso limitado e poderia trazer benefícios para todos no futuro. A divulgação ficou a cargo das câmaras de vereadores dos municípios.

O relatório técnico considerou que a região consistia em uma área de relevante interesse ambiental, pois concentrava as nascentes dos principais rios da bacia do rio Grande, responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos do sul de Minas, irrigação, geração de energia, turismo entre outras. Além disso, consideraram que existiriam últimas matas nativas do bioma da Mata Atlântica em Minas Gerais; com formações mistas de campos, matas e áreas de enclave com araucária, características únicas em unidades de conservação no Brasil. Os elementos paisagísticos dos conjuntos montanhosos da Serra do Garrafão e do Papagaio, a elevada altitude e declividade da região também foram levados em consideração e finalmente a proximidade com o

Parque Nacional do Itatiaia, possibilitando uma maior proteção da flora e da fauna e preservação de todo o conjunto montanhoso.

Propuseram também instalar a sede da Estação na Fazenda Santa Rita, propriedade com infraestrutura instalada, com casa sede, rede elétrica, água canalizada e reservatórios e ressaltaram a disposição do Senhor Manoel Correia em apoiar o projeto e estar aberto para negociações (Mapa 2). Mas, de fato o proprietário ficou muito insatisfeito com o projeto, havia recebido a equipe de pesquisa de campo em sua casa e não fora informado das pretensões da equipe.

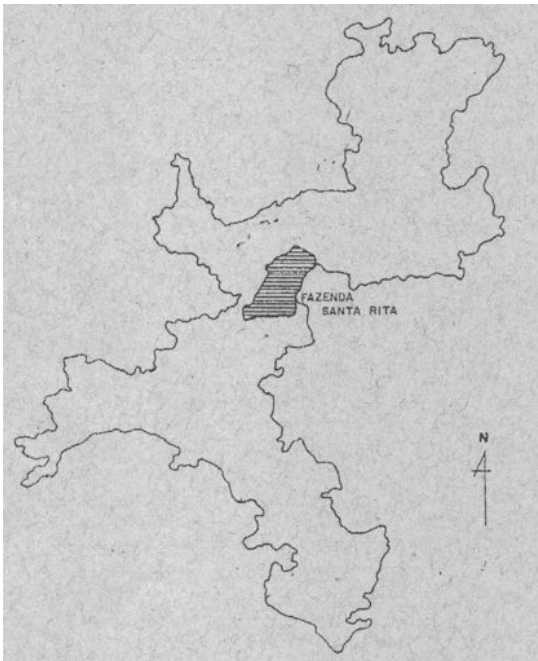
Quando saiu o Decreto ele ficou muito bravo, pois tivemos na casa dele, fomos muito bem recebidos, tomamos vinho com ele em torno do fogão a lenha, e não podíamos falar pra ele porque senão ele me colocava pra fora de sua casa. E depois que saiu o Decreto ele foi para BH e ficou muito bravo porque ainda tinha comprado um outra fazenda em Diamantina e um outro projeto meu, acabou virando Parque, então foi desapropriado duas vezes. Daí falei pra ele, mas seu Manoel você só compra área importante para conservação! Hoje é o Parque do Rio Preto, no Pico do Gavião. (Paulo Maciel, 2014)

Outro ponto destacado no relatório é que a criação da estação não estabeleceu reações adversas ou conflitos sociais, diferente de outras unidades de conservação no país. O que segundo os técnicos, reafirma sua vocação natural para a preservação de banco genético, dos mananciais e da beleza paisagística. Foi ressaltado que isso facilitaria a relação do poder público com os proprietários já que não significava um entrave ao desenvolvimento econômico local. Apontaram prioridade para a desapropriação da fazenda Santa Rita em Assembleia Pública realizada na cidade de Baependi e posterior esforços de arrecadação de fundos para proceder com a indenização de todas as propriedades.

É claro que essa impressão de ausência de conflitos estava incorreta, e tão logo o Decreto foi promulgado alguns grupos sociais começaram a se movimentar para mudar os limites do Decreto ou mesmo derrubá-lo, uma pressão junto à Procuradoria Geral do Estado(PGE).

Algumas áreas foram consideradas de grande relevância para o projeto, entre elas a Macieira, no vale do Matutu - Aiuruoca, por ser considerada uma região única, com campos de altitudes e com algumas matas, a Serra do Cangica- Baependi, por se tratar da área da nascente do rio Gamarra e o Corredor Ecológico que foi pensado para fazer a ligação entre a Estação Ecológica do Papagaio e o Parque Nacional do Itatiaia, já que não havia possibilidade de inserir toda a área na Estação (áreas antropizadas, do bairro Campo Redondo, em Alagoa). Apesar de representantes de todas as áreas com

conflitos terem manifestado o desejo de que fossem retiradas do traçado, a única que o autor do projeto considerou legítima foi a do Campo Redondo, bairro de Alagoa, uma vez que muitas casas, sítios, escola, hospital, todo o bairro havia ficado dentro da área da Estação e também algumas áreas de Itamonte. A correção ocorreu com o Decreto 33.543 de 29 de abril de 1992 que corrige o desenho e retira os bairros de Itamonte e Alagoa. (MINAS GERAIS, 1992).



**Mapa 2:** Localização da fazenda Santa Rita dentro dos limites da Estação Ecológica do Papagaio<sup>2</sup> ( Relatório FEAM)

Os outros grupos que ainda não haviam sido contemplados em suas reivindicações continuaram a luta pelo direito a permanecer em seus territórios. Além da população rural tradicional caipira, a região havia presenciado também a chegada de vários grupos urbanos que ansiavam um contato mais estreito com a natureza, longe dos centros urbanos, abrindo pousadas, se organizando em comunidades, com novas atividades econômicas. Dentre elas a Comunidade do Matutu que ansiava a mudança dos limites da Estação.

Em um seminário em Caxambu, do Consórcio Interestadual da Mata Atlântica, muitas pessoas defenderam e atacaram o projeto. Posteriormente, tentaram captar recurso para a implantação da Estação junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), recursos esses que nunca foram destinados. Uma outra expectativa em

---

<sup>2</sup> Os Mapas 1 e 2 da Estação Ecológica do Papagaio foram conseguidos por solicitação da pesquisadora junto à FEAM, que encaminhou o Relatório Técnico por correio. Não há menção à escala ou detalhamento maior. Contudo um dado relevante é que no Mapa 8 o bairro do Campo Redondo se encontra fora do traçado, já a Macieira e o Cangica permanecem inseridas no desenho.

conseguir fundos para o projeto incluía a APA Mantiqueira e a Estação Ecológica e seria usado para o plano de manejo; contudo o IBAMA em Brasília decidiu aloca-lo para uma outra APA do Carste de Lagoa Santa já que alegaram que nessa região estava tendo inúmeros conflitos, uma decisão política que ninguém entendeu.

Sem desapropriação e regularização o projeto perdeu força com a mudança de governo e da diretoria da FEAM, e algumas antigas reivindicações conseguiram ser atendidas, entre elas a retirada da região da Macieira. Houve a criação da Fundação Matutu e o comprometimento em criar uma área de Reserva Particular do Patrimônio Natural(RPPN) na região, que saiu do traçado. A região segundo a comunidade teria grande importância para o ritual religioso<sup>3</sup>, em relação ao Jagube (Cipó) e a Rainha (Chacrona).

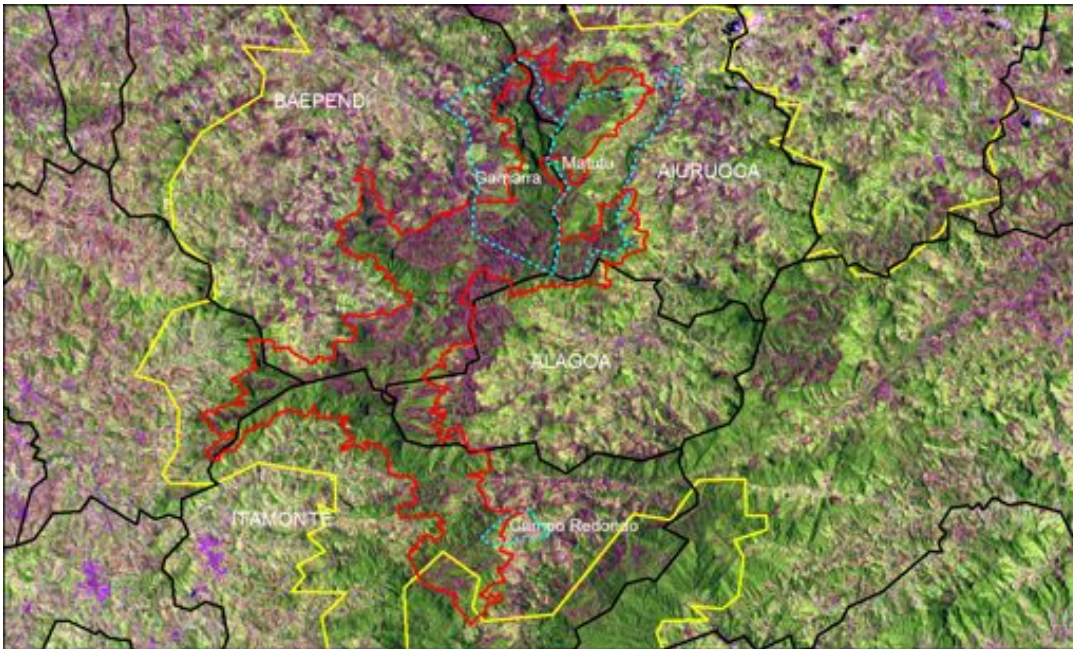
A região do Campo Redondo também foi retirada do projeto da Estação Ecológica, minimizando os conflitos, contudo a Serra do Cangica não foi contemplada com os mesmos direitos culturais e religiosos, já que a área insere-se na Comunidade do Santo Daime Céu do Gamarra aonde os conflitos persistem até hoje. Houve, portanto a reedição do Decreto em 1993, com um novo desenho que minimizaria os conflitos. Esta nova proposta de desenho da Estação Ecológica difere dos Mapas 1 e 2 nos quais as áreas da Comunidade do Campo Redondo e áreas antropizadas de Itamonte, passaram a configurar fora do tratado, tal como a Macieira no Matutu.( Mapa 3).

De acordo com os mapas apresentados acima, temos contatos com três desenhos diferentes que foram editados em momentos diferentes: o primeiro com as incorreções nos bairros rurais em 1990, o segundo em 1992 com a correção dos bairros e o terceiro em 1996 com a retirada da região da Macieira, reivindicada pela Fundação Matutu. Os registros e mapas desse processo são escassos e sua precisão e os trâmites a que o processo passou são conhecidos exclusivamente de alguns membros mais atuantes e com maior influência política na região, que tem acarretado muita confusão para a compreensão do processo.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Na região há uma comunidade religiosa que faz o uso ritual da bebida do Santo Daime e levantou a importância da região para uso cultural religioso.

<sup>4</sup> Eu tive grande dificuldade em saber o porquê de mapas diferentes sendo apresentados em diferentes documentos e projetos, sem qualquer referência sobre os trâmites que haviam ocorrido na década de 90. Ao que faz parecer que essa década era um tempo longínquo sem quaisquer registros e informações. Contudo, essas informações existem, mas não estão facilmente disponíveis. Alguns envolvidos no processo têm muita boa vontade em passar as informações e documentos, mas nem todos. A burocracia do Estado é lenta e os documentos dos arquivos não estão digitalizados. Recebi diversos documentos da FEAM, mas a qualidade de impressão compromete a análise. O Mapa do Decreto que deveria estar em anexo, está totalmente apagado e as informações das mudanças em 92 e 96 parecem que são



**Mapa 3:** Estação Ecológica da Serra do Papagaio , traçado de 1996 (Fundação Matutu- adaptado)

Uma conquista relevante ao processo foi no momento do licenciamento da rodovia Fernão Dias, na época de duplicação. Nesse momento a FEAM sugeriu que a medida compensatória fosse revertida para a Estação Ecológica do Papagaio, contudo havia outros interesses, inclusive a ideia de que fosse revertido para o Parque Fernão Dias em Contagem. Foi decidido que haveria a contratação de um especialista para estudar e definir qual região seria mais pertinente. Após o estudo, definiu-se que o dinheiro deveria ser aplicado aqui na região e não em Contagem. O que aconteceu e o primeiro empenho foi a desapropriação da fazenda Santa Rita, o pagamento foi efetuado no fim da década de 90 desfazendo o grande descontentamento do proprietário.

A Fazenda Santa Rita foi considerada desde o princípio um local de grande interesse ecológico em decorrência da diversidade ecológica e a presença de um bosque de araucárias. A região teve ocupação relacionada a exploração carvoeira e madeireira. Assim, quando seu Manoel comprou a fazenda, comprou também a terra adjacente aonde estava o bosque, contudo um madeireiro já tinha a licença do IEF para desmatar e serrar a madeira; para evitar que isso acontecesse, ele pagou o preço da madeira serrada, da licença e depois comprou também a propriedade, assim garantiu a existência desse

---

desconhecidas pelos órgãos estaduais. Inclusive não há registros na Assembleia Legislativa de Minas Gerais desse Decreto e sobre a retirada da região da Macieira.



bosque. *Se não fosse Seu Manoel não tinha um pau em pé.* (Tião, zelador do PESP, julho 2014<sup>5</sup>)

A produção de carvão na região aconteceu desde a década de 40 até por volta da década de 70, houve a derrubada de quase a totalidade das florestas para abastecer ferrovias e siderúrgicas. A fazenda Santa Rita e a Serra do Cangica foram áreas carvoeiras até meados da década de 70. O atual zelador do parque viveu na região desde que seu pai foi carvoeiro; viviam na Fazenda Santa Rita 50 famílias de carvoeiros que construíam suas cabanas no meio da mata com madeira e palha e exploravam os arredores, construindo fornos para fazer o carvão. Quando a área se esgotava, construíam nova choupana e novos fornos.

Eram muitas casinhas enfiadas na mata, em alguns lugares três ou quatro tudo de barro, pau de brejo e palha, então não restou nada hoje em dia. A gente não usava araucária que era muito difícil de derrubar. A gente morava aqui e não saía pra nada, tinha um armazém ali embaixo que a gente comprava. Uma vida muito difícil e sacrificada, a meninada toda já trabalhando e não tinha escola não. Eu levava o almoço pro meu pai, porque era muito pequeno e não pegava no pesado ainda. (Tião, zelador do PESP, julho de 2014).

As carvoarias começaram a ser embargadas na região e foi o que aconteceu na Fazenda Santa Rita, as famílias migraram para as cidades próximas. A família de Tião permaneceu trabalhando para a nova proprietária, D. Áurea, que construiu a casa que hoje é a sede do Parque. Posteriormente Seu Manoel comprou a fazenda e iniciou uma atividade de pecuária leiteira, muito comum na região, tiravam leite, vendiam queijo. Local ímpar, com campos de altitude em associação com áreas em regeneração do processo de desmatamento, o bosque de araucária e florestas secundárias.

Quando houve o Decreto da Estação Ecológica, as atividades econômicas foram paralisadas, os trabalhadores foram dispensados e o gado vendido, o que gerou grande frustração e descontentamento à população rural.

Pessoal ficou muito revoltado. Porque foi dito que eles iam ser desapropriados e pronto, teriam que ir embora e não iam receber nada. Quando tomaram conhecimento do processo se acalmaram um pouco. Falavam que o parque não podia entrar, tomar a terra deles e que não iam pagar nada. Pessoal acalmou e muitos já venderam. Não tem mais as mesmas queixas hoje igual antigamente. Eu também quando fiquei desempregado não entendi o porquê, me abateu muito, pensei isso não foi bom pra mim não. Mais depois que Seu Manoel foi desapropriado, meu pai conseguiu o trabalho aqui na Fazenda para o Parque e depois que ele adoeceu eu fiquei trabalhando aqui (Tião, zelador do PESP, julho de 2014).

---

<sup>5</sup> Sebastião Montes Ramos tem 53 anos é morador da região de Alagoa, população tradicional, viveu muitos anos na fazenda Santa Rita quando criança, trabalhou para dois outros donos (D. Aurea e Seu Manoel) e hoje trabalha na sede do Parque Estadual da Serra do Papagaio como zelador. Entrevista concedida em julho de 2014.

Segundo Seu Tião houve um aumento considerável de animais e também do bosque de Araucária, já que em sua época de criança os carvoeiros além de tirar madeira para os fornos também se dedicavam à caça e todos eles tinham uma espingarda. *“Na época dos caçadores não tinha um passarinho, o que pintava eles matavam. Imagine só 50 carvoeiros com suas famílias, cada um com uma espingarda”*

A mineração nos arredores da fazenda também não chamava a atenção da população rural da área, já que não se abasteciam da água dos rios que estavam sendo minerados. Contudo, em Baependi, os homens do campo perceberam a má qualidade da água, começaram a pesquisar e acharam os mineiros, o que gerou diversas denúncias na década de 80. Eles eram 20 homens com 10 motores em busca de ouro, usavam mercúrio, contaminando a água e a deixando barrenta. Diz-se que dessa empreitada acharam apenas um pouco de ouro, porque houve a paralização, mas estavam prestes a chegar em uma *“veio forte”*.

De fato, quando foi assinado o Decreto da Estação Ecológica do Papagaio, a mineração e as carvoarias já tinham abandonado a região e a principal atividade econômica desenvolvida era a pecuária leiteira e muitas áreas eram utilizadas para pastagens. Daí o grande conflito com a população que continuava fazendo uso de suas áreas, já que a desapropriação e indenização ainda não haviam ocorrido. Muitos moradores do campo nem sabiam da unidade, nem quais os seus propósitos e implicações e muito menos as áreas que estavam envolvidas; só foram saber da Unidade quando já havia sido transformada em Parque. Isto é, a população rural seguiu abrindo pastos, construindo casas, trutários e bairros.

A gente não ficou sabendo nada. Falava-se que ia criar... que tinham criado e a gente não sabia o que era nem onde que era, nem o que que era. Então a gente foi ficar sabendo disso depois de muito tempo. O Parque é de 98 foi lá por 2004, 2005, que a gente foi começar a ter alguma coisa concreta, saber que era uma área, que era pra ninguém mexer ali, que era uma coisa pra ficar intocada. Foi, aí... depois desse conhecimento, demorou muito tempo pra gente realmente entender o que é. E hoje falo pra você que eu mudei pra Baependi, eu sou formada em gestão ambiental, então a visão é completamente diferente. (Denilda, 2013)<sup>6</sup>

Quando houve a criação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável – SEMAD, em setembro de 1995 (MINAS GERAIS, 1995) a Estação Ecológica foi transferida já naquele momento para a gestão do IEF. A

---

<sup>6</sup> Denilda é moradora dos Garcias e monitora operacional do IEF, o Instituto realizou contratações de moradores das comunidades. Entrevista concedida em dezembro de 2013.

SEMAD foi criada com o objetivo de formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos, além de articular as políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável no Estado. E tanto a Fundação Estadual do Meio Ambiente -FEAM como o Instituto Estadual de Floresta- IEF passaram à subordinação da SEMAD, assim como o Instituto Mineiro de Gestão das Águas- IGAM.

A partir daquele momento, todas as unidades de Conservação vinculadas à FEAM, passaram à gerência do IEF e houve também uma reformulação das funções das instituições. As atribuições da FEAM passaram a ser: executar a política de proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental, promover e realizar ações e projetos de pesquisa focado no desenvolvimento de tecnologias ambientais e na agenda marrom, isto é a articulação entre a questão ambiental e os problemas socioeconômicos, com intuito de minimizar a degradação do meio urbano. Já o IEF passou a atuar no desenvolvimento e execução das políticas florestais, de pesca, de recursos naturais renováveis e de biodiversidade em Minas Gerais; assim a gestão das áreas protegidas e das unidades de conservação estaduais passaram para sua gerência. Contudo em 2010 as ações ligadas à fiscalização, controle e regularização ambiental foram transferidas para SEMAD.

A validade do Decreto da Estação Ecológica do Papagaio seria de cinco anos; o primeiro foi promulgado em 1990, depois a correção em 1992. Caso não acontecesse a desapropriação, ele caducaria e tudo voltaria à estaca zero. Conseguiram introduzir no orçamento do Estado de Minas Gerais, mas a regularização não aconteceu e acabou prescrevendo a Estação.

Com isso houve a reedição da Estação Ecológica do Papagaio, mas foi recategorizada para Parque Estadual da Serra do Papagaio. Segundo o Plano de manejo do Parque, a mudança de categoria ocorreu para corresponder aos interesses de conservação da área com os interesses da comunidade local, já que a região possui um grande potencia turístico. (IEF, 2009). Contudo, para os envolvidos no processo restaram algumas incertezas, como quais foram as orientações políticas para a mudança, pois houve inclusive a mudança de nome. O nome da Estação remetia ao papagaio de peito roxo, amazon bignáceo, endêmico da região e não à Serra do Papagaio. O conjunto montanhoso da região engloba o Cangica, Tamanduá Bandeira, Serra Preta e vários outros maciços, não apenas a Serra do Papagaio, o que tem causado conflitos até hoje.

## 1.2 Criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio

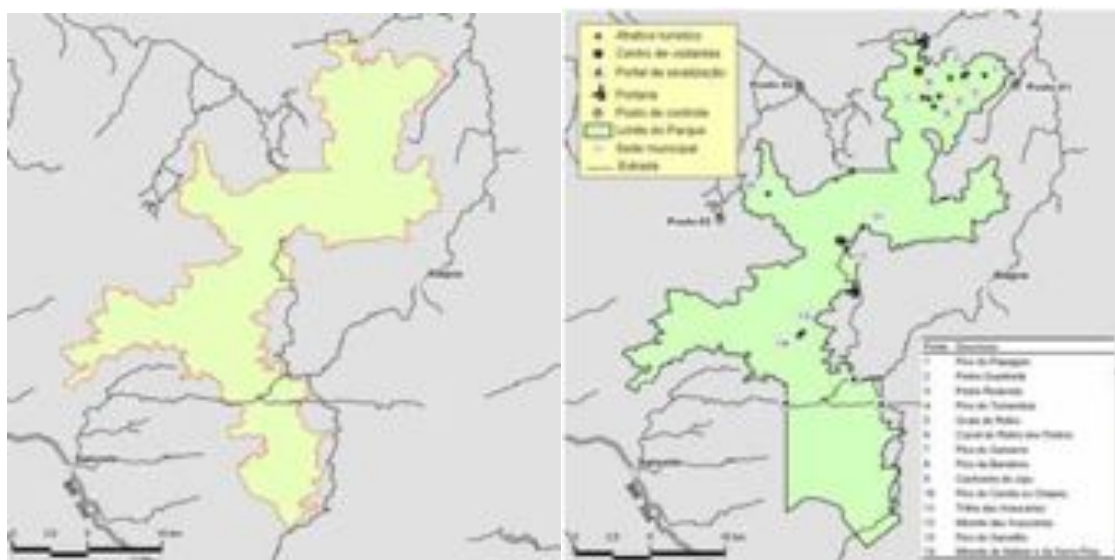
O Parque Estadual da Serra do Papagaio(PESP) foi criado com o Decreto 39.793 de cinco de agosto de 1998 e substituiu a Estação Ecológica do Papagaio, com uma área de aproximadamente 22.917 hectares, contudo o desenho utilizado nesse Decreto não foi o corrigido em 1992 (Decreto 33.543) e sim o polêmico desenho de 1990 (Decreto 31.368). No entanto, inexplicavelmente, houve a retirada da Macieira e regiões do Matutu, que estavam dentro do desenho no primeiro Decreto. Os motivos que levaram o IEF utilizar o desenho antigo não estão claros, mas tudo indica uma falta de eficiência do órgão público e desorganização. Também não houve nenhum novo estudo para recategorização e reedição da Unidade. (MINAS GERAIS, 1998)

Porém com o Plano de Manejo feito em 2009 algumas outras questões vieram a tona, como a imprecisão do perímetro do PESP, já que o memorial descritivo apontava para confrontantes entre os proprietários e cotas altimétricas. Concluíram na impossibilidade em transcrever o perímetro exato do Parque sem o levantamento fundiário que estava na época sendo feito pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Mas com os trabalhos de campos realizados para a elaboração do Plano e no levantamento de dados secundários conseguiram descobrir a existência de mais de um perímetro para a Unidade. Um seria recortado, com uma área de 22.917 ha (Decreto da Estação Ecológica de 1992) e um outro com limites retos com uma área de 25.00ha (Mapa 3 e 4 respectivamente). Consideraram a finalização do mapa do DER<sup>7</sup> imprescindível para a verificação dos limites da unidade e para sua revisão, mas utilizaram o mapa cedido pelo IEF como sendo o oficial.( IEF, 2009)

De acordo com o Decreto 39.793/98 o Parque teria uma área de aproximadamente 22.917 hectares. O memorial descritivo contido na referida lei, descreve o perímetro do parque referindo-se, na maioria das vezes, a confrontações entre propriedades particulares e cotas altitudinais. Como o levantamento fundiário ainda não foi concluído, é impossível transcrever o perímetro exato do parque. Durante os trabalhos de campo realizados para elaboração do plano de manejo e no levantamento de dados secundários, constatou-se a existência de mais de um perímetro para o Parque, sendo um mais recortado, totalizando uma área de 22.917 ha e outro com limites mais retos, com uma área de 25.000ha. A finalização do mapa que está sendo produzido pelo DER permitirá a revisão dos limites da unidade. No entanto para efeito desse plano foi utilizado o shape fornecido pela Diretoria de Monitoramento e controle do IEF, considerado como limite oficial (IEF, 2009, p.104)

---

<sup>7</sup> Esse mapa da regularização fundiária nunca foi apresentado para a sociedade. Diz-se que foi feito, mas ninguém tem acesso a ele.



**Mapa 3:** Limites do Decreto 33.543/ 92 **Mapa 4:** Limites do Decreto 39.793/98

A incerteza relacionada aos limites vem sendo um problema para a unidade e para a população do entorno e também a falta de clareza dos processos tornam os conflitos constantes. A população que havia sido retirada de dentro da Estação Ecológica (Mapa 3) voltou a estar inserida no Parque Estadual, (Mapa 4) e tem lutado para empreender a regularização de suas terras, bairros, casas, igrejas e modos de vida tradicional caipira.

Tanto as Estações Ecológicas como os Parques Estaduais se inserem nas unidades de proteção integral, cujo objetivo é preservar a natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos pela lei. Contudo as Estações Ecológicas tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, de posse e domínio público sendo necessariamente desapropriadas e proibidas as visitas públicas, exceto com objetivo educacional de acordo com o respectivo plano de manejo, mantendo resoluções anteriormente apresentadas. (Art 9 SNUC, 2000). Já os Parques Estaduais inserem-se no artigo 11 do SNUC como os Parques Nacionais, com objetivos de preservação, pesquisa científica, recreação e turismo:

Os Parques Estaduais acompanham legalmente os Parques Nacionais, com um órgão gestor distinto; assim enquanto o Instituto Chico Mendes(ICMbio) é o gestor das Unidades Federais, os Institutos Estaduais Florestais são os gestores dos Estaduais. Ambos acompanham a mesma origem do modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem dos Estados Unidos, cujo modelo provem das ideias dos preservacionistas puros. Estes pretendem proteger a natureza contra o

desenvolvimento moderno urbano-industrial, aplicando-se em uma “*reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem(wilderness)*”, isto é propunham a preservação pura da natureza (DIEGUES, 1994, p. 25).

Essa ideia foi amplamente difundida nos Estados Unidos e na Europa nos séculos XVIII e XIX, constituindo-se como uma tendência da primeira onda do ambientalismo, uma reação à industrialização e à urbanização, à diminuição de recursos naturais, à contaminação e à saúde pública. (ARRUDA, 2012) A partir de então, ocorreu a implementação de parques nacionais nesses territórios e depois exportada para outras partes do mundo, aonde as realidades socioculturais eram muito distintas da realidade estadunidense e europeia. Contudo essa ideologia conquistou grande número de adeptos, que acreditaram que poderia ser uma fórmula para combater o avanço da sociedade de consumo com sua ânsia insaciável por matéria prima impulsionada a destruir ecossistemas inteiros. A influência política também é relevante já que a legislação em muitos países passam a normatizar as unidades de conservação. Inseridos em uma perspectiva na qual qualquer interferência humana na natureza seria intrinsecamente prejudicial, levaram a emergência inexorável de imensos conflitos socioambientais pelo mundo afora.

Muitas foram as críticas à corrente preservacionista e conservacionista que instituiu esse modelo de preservação da vida selvagem em parques nacionais, como única forma possível de salvação dos recursos hídricos, da biodiversidade e da beleza cênica, revelando como consequências da adoção desse modelo muitos conflitos com a população rural dos países do sul. Entre eles, Gomez-Pompa e Kaus (1992), apontam a dicotomia entre a percepção do mundo selvagem para as populações urbanas e rurais.

O conceito de mundo selvagem (*wilderness*) como um lugar intocado ou selvagem é fundamentalmente uma percepção urbana, a visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural e que só o veem como fonte de matéria prima. Os habitantes da zona rural tem diferentes percepções ao que os urbanos entendem como mundo selvagem e baseia seu uso da terra em visões alternativas (GOMEZ- POMPA & KAUS, 1992, p. 273)

A própria visão do mundo selvagem tem sido apontada muitas vezes desprovida de cientificidade e muito mais relacionada a características míticas, do Paraíso Perdido como apontado anteriormente. De acordo com os autores supracitados, a própria ciência tem apontado que em todos os cantos da terra, desde a floresta boreal do norte até as florestas úmidas do sul, todas elas já foram habitadas, modificadas no passado humano, mesmo que tenha a aparência de intocada ou do último refúgio da vida selvagem na nossa sociedade, ou ainda do Paraíso. Assim segundo os autores, o maior desafio não é

apenas conservar a vida selvagem, mas lidar com esse mito com uma compreensão de que os seres humanos não são dissociado da natureza (GOMEZ-POMPA&KAUS, 1992).

Essa dicotomia entre povos e parques, ou homem e natureza, trouxe à tona outros problemas socioeconômicos relacionados à população rural, muitas vezes tradicional dos países pobres. Ao se importar um modelo de países industrializados para os países do sul gerou-se conflitos insuperáveis. E partindo desse foco nas populações, nasce o ecologismo social, uma modalidade do movimento ambientalista associado aos movimentos sociais que lutam pelo acesso à direito à terra e aos recursos naturais por parte das populações camponesas, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta. Defendem que a crise ambiental está associada ao próprio modelo de desenvolvimento, que gera uma miséria crescente e a degradação ambiental. (DIEGUES, 1994) .

Esse movimento também aponta a inapropriação de transpor os paradigmas ambientais do norte para o sul, já que o ambientalismo do norte está relacionado à rejeição ao industrialismo e ao consumismo, mas não inclui o problema da pobreza, degradação ambiental urbana ou a má distribuição de renda. (DIEGUES, 1994)

Essa corrente começou a ser chamada também de ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental. Eles apontam que de fato o crescimento econômico implica em impactos ao ambiente, contudo ocorre uma deslocamento geográfico das fontes de recursos e dos locais aonde descartam os resíduos, provocando novos impactos no avanço dos territórios, que majoritariamente concentram-se em áreas aonde estão as populações urbanas pobres, camponeses e populações tradicionais. Portanto essa corrente parte de um interesse material pelo ambiente, lugar de subsistência de populações humanas pobres de hoje e não locus de espécies de ameaças ou do direito de gerações futuras. Nasce assim uma demanda por justiça social, enfatizando que muitos grupos tradicionais (de camponeses e indígenas) têm coevolucionado sustentavelmente com a natureza e são responsáveis pela manutenção da biodiversidade e não o contrário.(MARTINÉZ-ALIER, 2012)

Partem de uma ética totalmente distinta das outras correntes do ecologismo, uma ética vinculada à justiça ambiental, considerando os diversos conflitos ambientais locais, regionais, nacionais e globais, acarretados pelo crescimento econômico e desigualdade social. Enquanto os conservacionistas, que segundo Martínéz-Alier (2012) constituem a corrente do culto ao silvestre, partem do amor pela natureza, grandes paisagens, vales profundos e cursos d'água, que deverão permanecer intocados da ação

humana. Seria a mesma noção de *wilderness*, de grandes áreas sem a presença humana, ou das áreas protegidas. Querem preservar o que sobrou de espaços que consideram ser da natureza original, as espécies em perigo e também a biodiversidade. Segundo Dupas(2008) possuem motivos estéticos e utilitários e lutam por ações que evitem a crescente desapropriação da vida silvestre e animal influenciados por valores sagrados da natureza.

A proposta prática principal seria a preservação das reservas naturais e parques nacionais, livres da presença humana. Contudo, toleram a possibilidade de gradações dessas áreas protegidas, de proteção integral até manejo consorciado com populações locais. No entanto, os fundamentalistas do silvestre defendem que só a exclusão total deveria ser admitida, poderia até haver visitantes, mas nunca moradores.<sup>8</sup> Em suas análises não chegam a se pronunciar sobre a urbanização, indústria ou o crescimento econômico, apenas o crescimento populacional é alvo de preocupação. (MARTINÉZ-ALIER, 2012)

Há ainda uma outra corrente do ecologismo, muito preocupada com os efeitos do crescimento econômico em áreas de natureza e também na economia agrícola, industrial e urbana denominada credo ou evangelho da ecoeficiência. Essa corrente direciona sua atenção para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes da economia moderna em sua totalidade e apesar de defender o crescimento econômico, acredita no desenvolvimento sustentável<sup>9</sup>, na modernização ecológica e na boa utilização dos recursos e na eficiência técnica. Essa corrente se respalda na ecologia industrial e na economia ambiental.

As duas correntes se criticam mutuamente, uma vez que a primeira afirma ser imperioso salvar o que restou na natureza e a segunda que as mudanças tecnológicas tornarão compatíveis a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, contrastando duramente com o ecologismo dos pobres que tenta barrar a injustiça ambiental. Em comum todas essas correntes tem contra si um poderoso lobby antiecológico, apoiado pelo capital privado e muitas vezes pelos governos que pressionam por metas de crescimento a curto prazo ( DUPAS, 2008).

---

<sup>8</sup> Dessa corrente participam a biologia da conservação, a ecologia profunda e os filósofos ambientais que abandonam a visão antropocêntrica e defendem uma atitude biocêntrica ante a natureza. A biologia da conservação respalda cientificamente essa corrente.

<sup>9</sup> Segundo Diegues, 1992 o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Partindo de dois conceitos principais, enumerados pelo documento Nosso Futuro da Comissão Brudtland de 1987, de que haveria prioridade na satisfação da necessidade das camadas mais pobres e às limitações que o estado impõe ao meio ambiente além de introduzir noções de ética e política nas transformações das relações econômicas e sociais.



A partir desse debate crescente podemos vislumbrar o que de fato pode ser considerada uma crise ecológica da sociedade contemporânea, na qual a espécie humana corre sérios riscos relacionados à saúde, ao funcionamento das atividades econômicas que estão vinculadas ao ecossistema e aos recursos naturais. Os ecossistemas estão em colapso e os recursos naturais a cada dia, mais escassos e inexistem uma agenda eficiente para solucionar esse colapso, apesar de ter sido anunciado pela comunidade científica, que perdeu credibilidade a partir do discurso hegemônico que as novas tecnologias poderiam solucioná-lo, mas sem nunca pretender fazê-lo. *O fato científico central é que a espécie humana corre um sério risco de desestabilização, porque sua saúde e suas atividades dependem do bom funcionamento dos ecossistemas, que estão colapsando, e de recursos naturais abundantes, que passam a escassear.* (DUPAS, 2008, p.22)

Poderia ser considerado, segundo Diegues(2008) uma crise socioambiental de civilização ou uma crise ecológica do capitalismo, na qual a solução longe de ser simples, exigiria uma alteração profunda nos padrões científicos tecnológicos, dos sistemas produtivos, dos valores consumistas e no uso da energia. Nesse sentido a natureza pode ser vista como um problema ético, uma vez que nossas ações a degradaram de tal maneira, que em nome de nossa sobrevivência futura teremos que adotar uma ética de responsabilidade na qual o saber possa iluminar as consequências da ação humana. (DUPAS, 2008)

Nesse contexto é inegável a pertinência da recategorização da Unidade de Conservação, já que a região além de ser muito visitada, era também território da população local. No entanto ainda restam dúvidas se a unidade de proteção integral seria a melhor alternativa, uma vez que toda a região da Serra da Mantiqueira já insere-se em uma Área de Preservação ambiental–APA Mantiqueira criada em 1985( BRASIL, 1985), sob a mesma Lei que regulamentou as Estações Ecológicas (BRASIL, 1981).

De acordo com o plano de manejo do PESP, realizado em 2009 a missão da Unidade seria *”Proteger a biodiversidade da Mata Atlântica, os Campos de Altitude, os bosques de araucária, as águas e as belezas cênicas da Mantiqueira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do entorno, através da valorização das comunidades e das atividades que gerem alternativas de renda ambientalmente sustentáveis”*. ( Plano de Manejo, 2009, p.15, encarte 2). Contudo são muitos os desafios apontados pelo estudo elaborado, entre eles equacionar os diferentes interesses da gestão administrativa da unidade e dos moradores do entorno.

Como alternativas de desenvolvimento foram apontadas as atividades econômicas que visem a sustentabilidade na região, com a consolidação das atividades já desenvolvidas com a implementação de tecnologias científicas e práticas sustentáveis aplicadas à produção rural, aprimorando o uso do solo e permitindo o cuidado com o ambiente e a produtividade agrária. Algumas dificuldades foram apontadas como: o desinteresse da comunidade local, despreparo técnico dos funcionários, falta de conhecimento da população quanto às suas vocações e insuficiência de recursos financeiros.

Apontaram também a necessidade da gestão buscar alternativas para o gado que estava dentro do Parque e auxiliar a manutenção da criação no entorno, para garantir a sobrevivência das famílias no campo, mantendo a identidade cultural. A mudança de manejo da atividade deveria ser feita sem que houvesse comprometimento da construção histórica e cultural da região que é tradicionalmente pecuarista. O apoio de instituições técnicas como a Emater e Embrapa são apontadas como relevantes ao processo de apoio às comunidades rurais para haver inclusive o fortalecimento da agricultura familiar pluriativa e do modo de vida tradicional na região, como uma alternativa sustentável.

Apesar da previsão da regularização total em 10 anos constituir como uma referencia na relação com as comunidades do entorno e na geração de conhecimento para proteção e recuperação das águas e da Mata Atlântica, isso está longe da realidade. Existem ainda grandes incertezas em relação à regularização fundiária, o quadro de funcionários apesar de ter aumentado de 4 para 16, não é suficiente e os recursos disponíveis para a Unidades mais escassos ainda.

Apesar de ter sido constituído o Conselho Consultivo do Parque em 2005 e ter sido elaborado o plano de manejo da Unidade em 2008 e 2009, muito pouco se avançou na regularização fundiária e solução dos conflitos existentes. E na efetivação, de fato, das propostas feitas como a valorização do desenvolvimento das atividades econômicas e valorização da identidade cultural da população do entorno, o que tem ocorrido é a tentativa de evitar que a população rural mantenha sua pecuária leiteira ou a truticultura e a substitua por alguma outra menos impactante ao ambiente, o que significa a imposição de transformações indesejadas ao modo de vida da comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitos conflitos das Unidades de Conservação no Brasil e no PESP estão relacionadas aos seus processos de criação, uma vez que segundo o artigo 22, parágrafo 2 do SNUC, o estabelecimento de uma UC só poderia acontecer mediante a estudos técnicos e consultas públicas, que possibilitem a identificação de sua localização, dimensão e limites adequados. (BRASIL, 2000) Apesar dos estudos técnicos serem correntes, as consultas públicas não o são e quando acontecem são meros instrumentos legais de legitimação que não significam uma real participação da comunidade, deve-se lembrar também que a Lei Nacional das Unidades de Conservação é posterior à formação de inúmeras unidades, entre elas o PESP, contudo, mesmo após sua promulgação pouco se avançou na adequação das unidades à nova legislação.

A história das unidades de Conservação brasileira tem se mostrado centralizada em seus processos de criação, como também posteriormente, quando das decisões sobre sua gestão. As decisões de cima para baixo limitaram a participação pública ampla e continuam a refreá-la também na regulação do uso e ocupação do solo.(PEREIRA, 2014, p.126)

Não há dúvidas de que participação da comunidade afetada pela criação da unidade previamente a criação desta poderia antecipar inúmeros conflitos e também auxiliar na definição da categoria a ser privilegiada. A ânsia pelo estabelecimento de processos mais democráticos e participativos no âmbito socioambiental no Brasil poderia promover ao mesmo tempo justiça social e ambiental e conservação.

No Parque Estadual da Serra do Papagaio, os conflitos relacionados aos limites, ao uso tradicional do território engendram a maior parte dos conflitos, porém há também diferentes visões sobre o processo que dificultam a busca por soluções, enquanto para alguns a população tradicional deve ter o direito de manter suas atividades e seu pastos outros consideram que a atividade tem que ser abandonada, assim não faria sentido deixá-los com a área. Enquanto as lutas políticas e de interesse se arrastam por décadas, o homem do campo sofre as desventuras de morar dentro de uma unidade de conservação de proteção integral e de ver seu modo de vida se tornar inviável.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRUDA, Rinaldo. Desenvolvimento local e povos tradicionais em áreas protegidas. IN: SOUZA LIMA, et all (orgs.) **Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas**. Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG, 2012.

BRASIL. Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da**

**União** no dia 28 de abril de 1981. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6902.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6902.htm). Acesso em: 13/09/2015.

BRASIL. Decreto nº 91.304 de 3 de junho de 1985, Dispõe sobre implantação de área de proteção ambiental nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** no dia 4 de junho de 1985. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91304-3-junho-1985-441986-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 18/09/2015

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Conservação da natureza - SNUC. **Diário Oficial da União**. Brasília. DF, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. \_\_\_\_\_. O Desenvolvimento sustentável ou sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 6, n 1-2, pp 22-29, 1992

\_\_\_\_\_. **Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB- Universidade de São Paulo, 1994.

DUPAS, Gilberto. O impasse ambiental e a lógica do capital. In: \_\_\_\_\_(org). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p 21-89.

GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Taming the wildernessmyth. **BioScience**. Washington, vol. 42, nº 4, p.271-279, 1992. Disponível em: <http://campus.greenmtn.edu/faculty/gregbrown/NRM3061/biosciencearticle.pdf>. Acesso: 20/09/2015

JUNQUEIRA, M, G.P. **O Movimento da vida no vale do Gamarra, sul de Minas Gerais**. 2009. 130f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Papagaio**. Belo Horizonte, 2009.

MARTINÉZ-ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MINAS GERAIS. Decreto nº 39.793, de 5 de agosto de 1998, publicado no **Diário Executivo de Minas Gerais** no dia 06 de agosto de 1998 e retificado em 30 de setembro de 1998.

PESTANA, Liliane Moraes. A Agenda Marrom: O planejamento urbano. **Revista de Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, v. 01, nº01, p.95-141, 2006. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/10488/8260>. Acesso: 17/09/2015.

ZHOURI, Andréa. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, vol 17, 2005, Belo Horizonte. **Comunidade meio ambiente e desenvolvimento**. Belo Horizonte, 2005.